

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Ao Diretor-Presidente do Core-MG

Denominação Social				CNPJ	
Nome Fantasia			Data do Registro Social		Capital Social NIRE
Filial	Registro Secundário	Core Origem	Nº Registro Core Origem	Tipo de Empresa	
Endereço Sede Endereço _____ Número _____ Complemento _____ Bairro _____ Cidade _____ UF _____ CEP _____			Endereço Cobrança ☐ mesmo que o da Sede. Endereço _____ Número _____ Complemento _____ Bairro _____ Cidade _____ UF _____ CEP _____		
Contatos Telefone 1 _____ Telefone 2 _____ E-mail principal _____ () _____ () _____ Celular 1 _____ Celular 2 _____ E-mail 2 _____ () _____ () _____					
Sócio(s) / Administrador(es) 1- Nome: _____ ☐ Sócio CPF: _____ 2- Nome: _____ ☐ Sócio CPF: _____ 3- Nome: _____ ☐ Sócio CPF: _____					
Segmentos de atividade 1- _____ 2- _____ 3- _____					
Responsável Técnico Nome: _____ CPF: _____					
vem requerer o registro habilitatório, nessa entidade, para fins de exercício da profissão de Representante Comercial, ciente de que, de acordo com a Lei nº 4.886/65 e atualizações posteriores, que regulamenta aquela profissão, com o registro no Conselho Regional surge, entre outras, a obrigatoriedade de pagamento de anuidades e o fato gerador destas obrigações provém da existência do registro e o não recebimento do boleto bancário não exime da responsabilidade em realizar o(s) pagamento(s) da(s) anuidade(s). Desta forma, se futuramente deixar de exercer a profissão, será necessário o devido pedido de cancelamento de registro, cumpridos os requisitos legais, dirigido ao Core-MG mediante requerimento próprio. Ciente, também, de que o exercício de outra atividade, paralela ou não, seja autônoma ou empregatícia, não desobriga o Representante Comercial ao pagamento das contribuições devidas ao Core-MG e a omissão quanto ao cancelamento do registro implica em sua continuidade e, ainda que, a ocorrência do não pagamento das anuidades devidas ensejará a inscrição do respectivo débito na dívida ativa, com o seu consequente protesto e/ou o ajuizamento da competente ação de execução fiscal perante a justiça federal. Declara, também, estar ciente de que omitir em documento Público ou Particular declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar sobre fato juridicamente relevante, caracteriza crime de Falsidade ideológica, conforme o Artigo 299 do Código Penal Brasileiro. Nestes termos, pede deferimento. _____, ____ de _____ de 20____. _____ Sócio-Adm. / Administrador _____ Sócio-Adm. / Administrador					